

## A POLÍTICA EDUCACIONAL MAIS PAIC COMO FOMENTO À COOPERAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ<sup>1</sup>

Rosângela Maia de Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

O objeto de estudo é o percurso histórico do regime de colaboração no Estado do Ceará e os seus municípios, consolidado no Programa de Alfabetização na Idade Certa- PAIC, uma política educacional para a alfabetização de crianças até os sete anos de idade. Tal estudo faz parte de uma pesquisa em andamento. Tem como objetivo geral: analisar a implementação do regime de colaboração ensejado pelo PAIC no Ceará. Objetivos específicos: a) analisar a legislação cearense para a implementação do regime de colaboração. b) identificar o PAIC como política educacional em regime de colaboração no Ceará. O PAIC é uma política educacional fundamentada nos princípios de colaboração e que envolveu os diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, sociedade civil, na proposição de alternativas para os problemas educacionais do Estado. Ainda é cedo para sabermos as conseqüências dessa política, mas os resultados mostram um significativo avanço na educação do Estado.

**Palavras-chave:** Política educacional. Regime de colaboração. Alfabetização na idade certa.

### Introdução

O Federalismo cooperativo institui a educação como o primeiro dos direitos sociais e dever do Estado, para efeito, analisaremos a trajetória da cooperação instituída no Estado do Ceará e a política educacional para erradicação do analfabetismo no Estado, o Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC, que mobilizou diversos atores governamentais e não-governamentais na elaboração de alternativas para o problema do analfabetismo no Estado a partir de 2004.

### O regime de colaboração no Estado do Ceará

A década de 90 foi marcada por reformas educacionais. (BRESSER-PEREIRA, 1997). Aos Estados e Municípios foram impostas normas e para que pudessem dar conta do novo delineamento e exigências educacionais, esses entes federados começaram a elaborar seus planos de modo a atender às recomendações feitas. Diferentemente dos demais Estados, em 1995 o Ceará, já havia estabelecido um processo de mudanças, para a implementação de políticas educacionais, em parceria com os municípios cearenses, universidades e

<sup>1</sup>Projeto de Pesquisa em andamento no POSEDUC- UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PosEduc) da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Ceará. Mestranda da UERN.

órgãos internacionais, prevendo formas diferentes de cooperação técnica e financeira. Dentre as mudanças, o Estado aprovou em 1995 a Lei de Municipalização do Ensino do Ceará nº 12.452, que fortaleceu o regime de colaboração. O documento apresenta como característica básica, o regime de colaboração entre o sistema estadual e os municípios. Esse processo que mistura práticas de governo centralizado e descentralizado cresce no Ceará e ganha força em 2004, quando Ivo Gomes assume o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa (MAIA, 2006). O deputado inicia a discussão sobre o analfabetismo no estado e após muito diálogo acerca dos baixos resultados apresentados pelo estado no Ideb de 2001 e com o apoio do presidente da Assembleia Legislativa, decidiu-se criar em 2004 o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar com o objetivo de investigar o problema do analfabetismo no estado (CEARA, 2012). O Comitê foi instituído em regime de colaboração com o Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-CE), a Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC), Universidades, entre outros.

Foram realizadas três pesquisas, para diagnosticar o nível de alfabetização, investigar as secretarias municipais de educação e as escolas públicas se organizam, e o ensino das instituições superiores de ensino no Ceará. As conclusões apontam para a necessidade de uma profunda e urgente reformulação de currículo, práticas de ensino e concepções teóricas sobre alfabetização de crianças (CEARÁ, 2006). De posse dos resultados, que indicavam o elevado índice de analfabetismo no Ceará, o Comitê passou a realizar seminários para divulgar amplamente o Relatório Final<sup>3</sup> com a participação dos representantes de todos os municípios cearenses e professores. Em decorrência dos resultados obtidos pelo Comitê, são elencadas recomendação para os gestores municipais com quatro enfoques: aprendizagem, políticas de valorização do magistério, gestão municipal e formação docente para alfabetização de crianças. Após mobilização de vários parceiros, inclusive dos novos prefeitos que assumiram em 2005, a Undime Ceará com parceira técnica e financeira do Unicef, criaram em 2005, o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC. (CEARÁ, 2012). A primeira fase do PAIC que se estendeu de 2005 a 2006 e envolveram 56 municípios, o alcance não foi maior devido a limitações orçamentárias. (CEARÁ, 2012).

---

<sup>3</sup> SEDUC, 2012

Em maio de 2007, na gestão do Governador Cid Gomes, o PAIC se transforma é lançado como política pública do estado do Ceará e tem a adesão de todos os 184 municípios, por meio de um Protocolo de Intenções<sup>4</sup>. Destacamos que se trata de uma política situada no marco do regime de colaboração, princípio previsto na Constituição Federal, de 1988. Entre os seus objetivos, estão a priorização da alfabetização de crianças, implantar sistemas municipais de avaliação de aprendizagem, estimular o compromisso dos professores alfabetizadores com a aprendizagem das crianças e o desempenho docente, políticas de incentivo à leitura e a escrita, dentre outras (CEARÁ, 2012). Foram adotadas algumas ações para que a mudança de gestores municipais não resultasse na inoperância da política educacional.

### **Mudanças na Política Educacional PAIC**

Em 2009 o Ceará cria dois mecanismos de indução financeira a fim de estimular a priorização da alfabetização pelos municípios. A Lei do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que condicionou parte do repasse do imposto a indicadores de educação, saúde e meio ambiente. O segundo mecanismo foi o Prêmio Escola Nota Dez, que premia as 150 escolas com melhor índice educacional resultantes das avaliações externas nos 2º anos. Ainda bonifica 150 escolas com mais baixos resultados. Em 2011, o Governo do Estado, por meio da SEDUC, expandiu as ações até o 5º ano, com vistas a melhorar os resultados de aprendizagem da etapa inicial do Ensino Fundamental. Essa iniciativa é denominada Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC+5). Em 2015 passa a atender também do 6º ao 9º ano, denominado a partir de então, MAIS PAIC - Programa de Aprendizagem na Idade Certa, em substituição ao nome do início do Programa, o qual era denominado PAIC.

### **Considerações finais**

O regime de colaboração ensejado pelo MAIS PAIC para a alfabetização de crianças até os sete anos de idade tem modificado a qualidade da educação do Estado do Ceará, como é possível verificar no site da SEDUC ([www.paic.seduc.ce.gov.br](http://www.paic.seduc.ce.gov.br)) os resultados dos

---

<sup>4</sup><http://www.paic.seduc.ce.gov.br>

índices educacionais, têm “pintado” o estado de verde, como é o slogan do programa. Quanto mais verde, melhor é a qualidade da educação no município.

No Ceará, a política educacional PAIC teve terreno fértil para o seu sucesso, entre os fatores, destacamos a história de colaboração no Estado, o apoio da sociedade civil organizada, de instituições governamentais, internacionais; a criação de uma Coordenadoria de apoio aos municípios; elaboração de mecanismos de apoio financeiro e fiscal; bonificação e cooperação técnico-pedagógico entre as escolas.

O MAIS PAIC já possui dez anos de implementação. Apesar das mudanças de prefeitos nas cidades, o programa continua com suas ações nos municípios, o que sinaliza para uma política forte. A experiência do Ceará nos mostra que é possível, juntos, mudarmos uma situação apesar das diferenças regionais e culturais.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS**

AGUIAR, Rui; GOMES, Ivo; CAMPOS, Márcia. (Org.). Educação de qualidade começando pelo começo: relatório final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Ceará, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2016

CEARÁ (Estado). Secretaria de Educação. Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará. Fortaleza: SEDUC, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2012.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>